

A Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João e a génese do jornalismo lusófono

Jorge Pedro Sousa*

Índice

1 A <i>Relação da Perda do Galeão Grande São João</i> e o contexto da época	4
2 A eventual primazia cronológica da <i>Relação do Galeão Grande São João</i> entre as relações portuguesas	6
3 Estrutura narrativa da <i>Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João</i>	7
4 A <i>Relação da Perda do Galeão São João</i> como história jornalística	16
5 Conclusões	19
6 Bibliografia	20

Resumo

Se excluirmos as crónicas e as cartas (quer as cartas informativas quer as cartas-crónicas, como a de Pêro Vaz de Caminha), pode localizar-se no século XVI o nascimento do jornalismo português e, por extensão, do jornalismo lusófono, pois foi nessa época que

*Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor associado e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação. (jpsousa@ufp.pt).

surgiram as primeiras folhas volantes noticiosas portuguesas com relatos sobre ocorrências recentes. Não se sabe qual foi a primeira folha noticiosa portuguesa, mas, entre as que subsistiram, propomos que a mais séria candidata a esse título é a *Relação [História] da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, cuja primeira edição poderá ter sido impressa entre 1555 e 1556. Neste trabalho, tentaremos mostrar que os conteúdos dessa história se adaptam às formas de narrar anteriores e indiciam as circunstâncias em que a narrativa foi produzida.

Introdução

As folhas ocasionais noticiosas surgiram no século XV, na Europa, estando na génese do jornalismo moderno e contemporâneo. Legais ou clandestinas, por vezes revolucionárias, elas perduraram até ao aparecimento do jornalismo industrial no século XIX e mesmo até à actualidade, se considerarmos os *livros-reportagem*.

As folhas ocasionais terão surgido em Itália, concretamente em Veneza e em Génova, mas espalharam-se rapidamente por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Frequentemente, as pessoas, maioritariamente analfabetas, juntavam-se para escutarem a leitura pública de folhas noticiosas. O leitor, normalmente, pedia uma determinada quantia de dinheiro aos ouvintes. Em Veneza, dava-se uma moeda denominada *gazeta* ao leitor, tendo essa denominação perdurado como sinónimo de jornal e *gazeteiro* como uma das primeiras denominações de jornalista (ou pelo menos de alguém que fazia ou coligia notícias para as gazetas).

As folhas ocasionais, normalmente chamadas *relações* em Portugal (no sentido de serem um relato), habitualmente eram constituídas por uma única folha de pequena dimensão (cerca de 15 x 20 cm) e apenas inseriam uma única “notícia”, ou um único “relato”, “com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade” (Tengarrinha, 1989: 29). Em alguns casos, eram juntas duas ou três folhas, agrafadas umas às outras. Normalmente, não ultrapassavam oito folhas (Tengarrinha, 1989: 29), mas outras havia que se publicavam como livros e opúsculos, devido à sua extensão (mais de 20 páginas, podendo atingir uma centena). Tengarrinha (1989: 29), por exemplo, afirma que as relações portuguesas apresentavam o aspecto de um pequeno livro, com frontispício, muitas vezes ilustrado.

Os temas das relações eram variados. Política, comércio, fenómenos insólitos e curiosos, acontecimentos sociais, crimes e criminosos, calamidades, batalhas, lugares, etc. são exemplos de alguns dos muitos temas que serviram de pretexto para a elaboração

dessas folhas. Tengarrinha (1989: 29) fez um levantamento das relações portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surge o primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas:

- Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%)¹
- Assuntos religiosos: 6 (18,8%)
- Notícias da Corte: 6 (18,8%)
- Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9,4%)
- Batalhas: 2 (6,2%)
- Descrição de Lisboa: 1 (3,1%)

A mais antiga folha ocasional de que se conserva registo foi editada em Itália (Bologna, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a factos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492), a entrada de Carlos VIII em Florença (1494) ou a batalha de Flodden Field, em Inglaterra (1513). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos

¹ Muitas das folhas noticiosas sobre naufrágios foram compiladas nos dois volumes da *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1735/1736).

mercadores. Pode dizer-se, assim, que as notícias das relações já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenómenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.).

O hábito de juntar notícias de várias folhas ocasionais (de vários países) publicadas ao longo de um determinado período de tempo, inicialmente um ano, para fabricar uma publicação noticiosa (um *livro noticioso*), esteve na origem dos jornais periódicos e do jornalismo como hoje o concebemos. De facto, se inicialmente se juntavam notícias publicadas ao longo de um ano, passaram a juntar-se notícias publicadas ao longo de um semestre e, depois, de um mês, e começaram também a juntar-se notícias de produção própria a essas publicações. Abriram-se, assim, as portas ao aparecimento das primeiras gazetas periódicas, mensais, semanais e, por fim, diárias, antepassadas dos jornais modernos e contemporâneos.

Embora o termo *relações* tenha perdurado, essencialmente, para referenciar jornais, folhas e livros noticiosos com várias notícias²,

² É o caso da *Relação Universal do que Succe- deu em Portugal e Mais Provincias do Occidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626*, redigida por Manuel Severim de Faria, que apareceu em 1626, em Lisboa, e que seria reimpressa em 1627, havendo um segundo número dessa *Relação*, compreendendo notícias do período de Março de 1626 a Agosto de 1627, que foi impresso em 1628. Existem exemplares do primeiro número da *Relação*, de 1626, e do segundo número da *Relação*, de 1628, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e existe um exemplar da reimpressão bracaraense do primeiro número da *Relação* na Biblioteca Nacional.

é de realçar que algumas das folhas ocasionais com uma única “notícia” também se denominaram *relações*, no sentido, como atrás se disse, de serem um relato de um acontecimento. A *Relação [História]*³ *da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, objecto deste trabalho, é um desses casos.

Curiosamente, as folhas volantes impressas coexistiram com as manuscritas, pois a mais antiga relação manuscrita portuguesa que se conserva na Biblioteca Nacional data de 19 de Outubro de 1588, surgindo com o título *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*⁴. Nela, em duas folhas, narra-se a destruição da Armada Invencível. Assim sendo, há a considerar que, quanto ao método de fixação da informação no suporte, havia dois tipos de folhas volantes coexistentes, pelo menos até ao final do século XVI e mesmo mais tarde: as impressas e as manuscritas.

Habitualmente, as folhas ocasionais eram anónimas, mas conhece-se o nome de alguns dos *mercadores de notícias* quinhentistas e seiscentistas, como o luso-brasileiro Bento Teixeira Feio.

As folhas volantes podiam ser escritas em *prosa* ou em *verso*. O mesmo Bento Teixeira, por exemplo, legou-nos versos sobre o Recife de Pernambuco (extraídos do po-

³ Mantivemos a designação *Relação*, conforme surge na *História Trágico-Marítima*, mas Lanciani (1979) usa a designação *História*, original.

⁴ BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28.

ema épico *Prosopopeia*, primeira obra poética de envergadura elaborada no Brasil), colonizado pelos portugueses, que terão circulado em folha volante.

As sucessivas edições, reedições⁵ e mesmo contrafacções das relações levadas a cabo até ao século XVIII provam o sucesso que elas tiveram e documentam a avidez do público por “reportagens”. O decréscimo da procura das relações portuguesas que se nota a partir do final do século XVIII coincide, aliás, com a consolidação do jornalismo periódico português, que acabou por retirar às folhas noticiosas volantes uma grande dose de interesse⁶. Lanciani (1979: 4-5) explica, a propósito, que os problemas principais postos pelas relações quinhentistas e seiscentistas são a cronologia das edições existentes, a distinção entre as edições fiéis e infieis ao original e mesmo a definição da autoria.

Tendo em conta a conjuntura atrás exposta, este trabalho tem por objectivo descrever a estrutura da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Se-*

⁵ O investimento em reedições, em alternativa a uma nova obra, tinha a vantagem de evitar os complicados trâmites burocráticos da censura prévia e da obtenção de licença de impressão.

⁶ Ainda assim, no século XIX encontram-se exemplos tardios de “reportagens” de naufrágios difundidas como folhas volantes. Por exemplo, em Portugal fizeram-se três edições do relato do naufrágio do *Porto*, um dos navios que fazia a carreira Porto-Lisboa, na traiçoeira Foz do Douro (Porto, Portugal), a 29 de Março de 1852. É de realçar, aliás, que nunca se perdeu a ideia de lançar reportagens em livro, que está na base do sucesso das folhas noticiosas volantes. Pelo contrário, continuam a lançar-se anualmente vários livros-reportagem sobre determinados acontecimentos de grande envergadura, alguns deles escritos em tom pessoal.

púlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal, interpretar esse relato à luz de conceitos contemporâneos sobre jornalismo e defender a sua condição de primeira folha ocasional portuguesa cuja existência está documentada.

1 A Relação da Perda do Galeão Grande São João e o contexto da época

Quando a *Relação da Perda do Galeão Grande São João* foi escrita e editada, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal começava a atravessar uma crise política, económica e social de vastas proporções, que contrastava com os anos de glória do início da epopeia dos Descobrimentos.

De facto, ao longo do século XVI, em particular a partir da segunda metade desse século, foram-se desvanecendo os factores que tinham lançado Portugal na grande aventura da expansão marítima e do comércio global, como a argúcia dos governantes (a começar pelo Infante Dom Henrique, mentor primeiro dos Descobrimentos), que permitiu, por exemplo, a brilhante manobra de reconversão da Ordem do Templo em Ordem de Cristo, possibilitando a manutenção das riquezas, pessoas e conhecimentos dos Templários em Portugal; a clareza na estratégia nacional a seguir; a abertura a novas técnicas, saberes e ideias, independentemente da sua proveniência; e ainda a tolerância, manifesta, em particular, na aceitação dos judeus, que com o seu dinamismo, sagacidade e di-

neiro estimulavam a economia, o comércio e as explorações.

São, assim, várias as causas que provocaram o lento declínio de Portugal e o fim da preponderância do país no comércio internacional a partir de meados do século XVI. Podemos apontar, por exemplo, as crises de sucessão no trono; a concorrência de outros países na exploração e no comércio intercontinental; a vontade de rápido enriquecimento, que conduziu os negociantes quer a desinvestir na manutenção e no equipamento das naus, para diminuir o montante do investimento e aumentar as margens de lucro, quer a alterar as condições das naus, para lhes carregar mais mercadoria, o que afectava as condições de navegabilidade; o aumento da influência obscurantista e intolerante da Igreja Católica, materializada, principalmente, na instituição da Inquisição, em 1547; e ainda a expulsão de Portugal dos judeus e mouros que recusaram a conversão ao Cristianismo, em 1496⁷, seguida por vá-

⁷ Na realidade, D. Manuel I, interessado em manter os judeus em Portugal, obrigou todos os judeus a serem baptizados, mesmo à força, pelo que, de um dia para o outro, pôde dizer que já não havia judeus em Portugal. No entanto, grande parte dos judeus continuou a professar secretamente a sua religião. O facto de serem judeus, aliás, trouxe-lhes o ódio de uma população cristã fanática e fundamentalista que via nesses a fonte de muitos males, pelo que as perseguições continuaram e provocaram o exílio de muitos judeus, com a consequente fuga de investimentos e capitais.

rias perseguições a judeus e cristãos-novos⁸, o que afectou o comércio e a economia.

A expulsão dos judeus foi determinada pelo Rei Dom Manuel, em grande medida por influência da sua noiva, mais tarde mulher, Dona Isabel de Castela, que isso lhe exigiu para casar com ele. Mas esse acto representou um duro golpe para a economia e para a sociedade portuguesa. Portugal perdeu o conhecimento acumulado pelos judeus, o seu espírito empreendedor e comercial e o seu dinheiro. Tornou-se também mais permeável à perniciosa influência da Igreja Católica, tolerada por Dom Manuel, que acalentava sonhos de unir a Península Ibérica sob uma única coroa e sob um Rei português. O seu filho Dom João III, que ascendeu ao trono em 1521, inclusivamente pediu ao Papa a instituição da Inquisição Portuguesa, segundo o modelo da Inquisição Espanhola, tendo recebido a autorização papal em 1547. A perseguição às pessoas, às novas ideias e ao conhecimento promovida pela Inquisição Católica afastou Portugal do progresso, apesar do comércio intercontinental, ainda liderado por Portugal durante a primeira metade do século XVI, e da exploração do Brasil e das possessões coloniais terem disfarçado a crise. De qual-

⁸ Nome por que eram designados os judeus que publicamente abraçaram o Cristianismo, embora muitos deles, secretamente, continuassem a professar o Judaísmo. Um dos maiores massacres de judeus (como cristãos-novos) ocorreu em Lisboa, Portugal, em Abril de 1506. Durante três dias, 4000 homens, mulheres, crianças e bebés judias foram mortos por todos os meios (fogueiras, espancamentos, violações sucessivas...) num dos episódios mais negros da história de Portugal, perante a indiferença do Rei D. Manuel I, que só mandou intervir as tropas quando um dos seus lugares-tenentes judeu foi assassinado pela população fanatizada por dois frades dominicanos.

quer modo, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVI, Portugal já enfrentava a fuga de cérebros e navegantes experientes, a falta de capital, a ameaça constante dos corsários de outros países europeus (ingleses, franceses, holandeses...) e, como se disse, a concorrência de outros países europeus na exploração do mundo e no comércio intercontinental. O reinado de Dom Sebastião, neto e sucessor de Dom João III (falecido em 1557), agudizou a crise. O jovem Rei, mais uma vez devido à perniciosa influência da Igreja Católica, empreendeu várias expedições guerreiras no Norte de África unicamente por espírito de cruzada, pois essas terras já não interessavam estrategicamente a Portugal. A economia, as explorações e o comércio intercontinental, que tinham feito a riqueza do país, foram descuidados pela Coroa. Em 1578, o jovem Rei acabou mesmo por ser morto, sem herdeiro directo, na batalha de Alcácer Quibir, onde actualmente é Marrocos. A crise dinástica que se seguiu, apesar do breve reinado do cardeal Dom Henrique e, à morte deste, em 1580, da aclamação como Rei de Dom António Prior do Crato, acabou por conduzir à invasão de Portugal pelo exército espanhol, em 1580, e à aceitação da reivindicação, por laços de sangue, da ascensão de Dom Filipe II de Espanha (Dom Filipe I de Portugal) ao trono português, embora sob o princípio da Monarquia dual (dois reinos, um Rei). O domínio dos Filipes, até 1640 (Restauração da Independência), subordinou os interesses de Portugal aos interesses de Espanha; intensificou a obscurantista influência da Igreja Católica e da Inquisição e a perseguição a pessoas e ideias; e finalmente tornou os inimigos de Espanha em inimigos de Portugal e as guerras de Espanha em guerras de Portu-

gal. A crise económica e social agudizou-se. Os dois países ibéricos, depois dos anos esplendorosos em que, beneficiando da intrepidez inicial dos portugueses, globalizaram o mundo e o comércio, entraram num processo de declínio de que só sairiam no final do século XX, processo esse apenas mitigado e disfarçado, como se disse, pela exploração colonial.

As relações portuguesas sobre naufrágios (incluindo várias sobre ataques de corsários), como a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*, podem ser vistas, simultaneamente, como um indício e uma metáfora da situação de crise que Portugal atravessava. Enquanto as grandes crónicas de Damião de Góis ou João de Barros glorificavam a empresa dos Descobrimentos⁹, a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*, num tom mais jornalístico e verdadeiro, mostra a falta de preparação técnica dos navegantes, a fragilidade das naus, negligentemente preparadas e equipadas, e a cupidez dos comerciantes e funcionários, apostados num rápido enriquecimento, sem pesar as possíveis, e funestas, consequências.

2 A eventual primazia cronológica da *Relação do Galeão Grande São João* entre as relações portuguesas

Não se sabe bem qual foi a primeira folha volante noticiosa editada em Portugal. Tenggarrinha (1989: 29) afirma que foi a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Con-*

⁹ O que já não acontecia, por exemplo, em *Soldado Prático*, de Diogo do Couto, o outro grande cronista português da época.

ceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555, hipoteticamente impressa em Lisboa, em 1556, com gravura na folha de rosto. Esta folha noticiosa tinha 23 páginas de 15 x 20 cm e foi escrita, presumivelmente, por Manuel Rangel. Giulia Lanciani (1979) explica, porém, que essa *Relação* poderá ser apenas de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Lanciani (1979: 11) indica, também, que a primeira edição da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houeram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, poderá ter sido impressa entre 1555 e 1556¹⁰, o que a tornaria, documentadamente, a primeira folha volante noticiosa publicada em Portugal. Dessa folha, aliás, conserva-se uma segunda edição, de 1564, e edições posteriores, de 1592, 1614 e 1633, tendo sido, finalmente, incluída na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, em 1735. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas volantes portuguesas de 1527 e talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo

¹⁰ O frontispício da primeira edição, embora sem inclusão da data de edição, está reproduzido no *Dicionário Bibliográfico Português*, de Silva, Brito e Brito. Por outro lado, o autor diz no texto que a história lhe foi contada em Moçambique, em 1554, pelo que a edição da *Relação da Perda do Galeão São João* não deve ter ocorrido muito mais tarde.

António e Conceição). De qualquer modo, tendo em conta a análise de Lanciani e os registos documentais existentes, parece-nos que deverá ser atribuída à *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* a qualidade de mais antiga relação portuguesa, entre todas aquelas de que se conservam registos documentais.

Não se sabe quem foi o autor da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*. Essa relação terá sido originalmente publicada sob a forma de um pequeno livro noticioso, com cerca de 20 páginas de 15 x 20 cm, dados que se podem inferir pela extensão do relato, pela tradição portuguesa de impressão e ainda pela reprodução do frontispício feita no *Dicionário Bibliográfico Português* de Silva, Brito e Brito (cuja edição original é de 1735/1736).

A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* chegou-nos até nós presumivelmente sem grandes alterações ao relato original, já que entre a primeira edição, possivelmente publicada, como se disse, em 1555 ou 1556, e a segunda edição, que se conserva e que foi publicada em 1564, terão passado menos de dez anos. Outras relações houve que sofreram várias alterações no texto, sobretudo aquando da sua inclusão na *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1735/1736).

3 Estrutura narrativa da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*

A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* é um dos vários textos quinhentistas e seiscentistas conhecidos que se pode considerar como exemplo do jorna-

lismo emergente. Elaborada ao jeito das crónicas medievais (Lanciani, 1979), também elas quase-reportagens, a *Relação da Perda do Galeão São João* é, efectivamente, uma espécie de reportagem sobre um acontecimento notável, recente e dramático, elaborada para ampla difusão pública. São várias as características do relato que nos permitem avaliá-lo como uma reportagem, cujos traços gerais (se descontarmos as questões de estilo) são semelhantes à generalidade das reportagens actuais. Em primeiro lugar, a *Relação*, como quase todas as reportagens, descreve um acontecimento em profundidade e mais extensiva que compreensivamente, explorando suas causas e consequências. Em segundo lugar, o autor tem algumas liberdades narrativas, destinadas a intensificar e enquadrar (religiosamente) o relato, mas tenta permanecer fiel aos factos. Em terceiro lugar, e como derradeira marca da reportagem contemporânea partilhada pela *Relação da Perda do Galeão São João*, o autor, com frequência, interveio no relato, para analisar, enquadrar e mesmo dar conta da sua vivência dos factos, como quando revela as circunstâncias em que ouviu (e citou) a fonte da história.

O acontecimento narrado na obra, como o título da *Relação* indica, foi o naufrágio do São João, navio da Carreira das Índias, embora o relato se focalize naquilo que aconteceu aos sobreviventes, em especial nos padecimentos e morte de alguns deles, nomeadamente os principais protagonistas da história. A *Relação da Perda do Galeão São João* obedece, assim, a vários critérios de valor-notícia. A novidade talvez tivesse passado quando a *Relação* foi editada (possivelmente, as pessoas já sabiam do naufrágio), mas estão presentes a morte e a negatividade,

a referência a pessoas de elite, bem como a possibilidade de dramatização e de personalização da história do acontecimento.

O texto da *Relação da Perda do Galeão São João* é essencialmente narrativo. A ideia primeira do autor é contar aos leitores uma história verídica, não ficcional. Mas, como veremos, o autor mergulha na narrativa, para formular juízos ou fazer reflexões, seguindo uma das modalidades de relato um pouco afastada das práticas dominantes do jornalismo actual, mas perfeitamente em consonância com a cultura da época e os cânones da crónica tardo-medieval. De facto, a *Relação da Perda do Galeão São João* conta-nos, antes de mais, uma história com fundo moral. A história de um comerciante que, por avidez e egoísmo, perdeu a família, os empregados e os bens. A história de uma dama aristocrata que morreu por vergonha da nudez a que tinha sido obrigada. Mas o juízo moral é apenas dirigido ao indivíduo, a punição é vista como o resultado directo dos seus actos, como a consequência das acções desencadeadas pela sua cupidez. Não belisca a hierarquia social nem atribui aos governantes a sua quota-parte de responsabilidade pelo estado da situação. A acusação é “individual”, a responsabilidade pelo que sucede é pessoal, não do sistema. No entanto, a crise portuguesa ecoa indirectamente no relato. Manuel de Sousa de Sepúlveda é a metáfora do comerciante português da época, empreendedor mas egoísta e cobiçoso, apostado no rápido enriquecimento a qualquer custo, tanto quanto a negligenciada nau é a metáfora de um país em crise e o relato do naufrágio simboliza, de certa forma, um inconsciente colectivo povoado de medos e incertezas.

Numa época em que pontificavam em Por-

tugal cronistas extraordinários como Damião de Góis, Diogo do Couto¹¹ e João de Barros, é natural que as crónicas, incluindo as crónicas medievais, tivessem servido de modelo para as relações quinhentistas e seiscentistas (Lanciani, 1979). A *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* vai buscar vários elementos às crónicas, das quais que se pode considerar uma manifestação popular, menos erudita, menos prolixa, mais sensacionalista e dramática, destinada a emocionar, a moralizar e a *ser consumida o mais massivamente possível*¹², para dar lucro ao autor e ao editor. É, na sua essência, uma mistura de jornalismo com literatura popular, que evidencia a existência prévia de algumas das condições que vieram a permitir o êxito do jornalismo industrial popular e sensacionalista no século XIX.

3.1 O título

O título da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Relatam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552,*

¹¹ Uma das relações seiscentistas de naufrágios é precisamente da autoria de Diogo do Couto. Trata-se da *Relação do Naufrágio da Nau São Tomé da Terra dos Fumos no Ano de 1589 e dos Grandes Trabalhos que Passou Dom Paulo de Lima nas Terras da Cafraia até à Sua Morte. Escrita por Diogo do Couto, Guarda-Mor da Torre do Tombo. A rogo da Senhora D. Ana de Lima, Irmã do Dito Paulo de Lima, no Ano de 1611.*

¹² Algumas das folhas ocasionais tiravam mais de mil exemplares por edição, numa época em que a tiragem média de livros na Europa andava pelos 300 exemplares.

a *24 de Junho, na Terra do Natal* tem um tom bastante actual, no sentido de que antecipa o mais importante da informação, tal e qual os manuais de jornalismo contemporâneos aconselham a fazer. Não tem a brevidade e o carácter incisivo e selectivo dos títulos jornalísticos contemporâneos, mas o essencial está lá: o galeão São João naufragou e desse acontecimento resultou a morte do capitão e da sua família, momento que será, de resto, várias vezes antecipado ao longo do texto. Aliás, a extensão desse título permite-lhe funcionar como *lead*, ou entrada, já que informa o leitor não apenas sobre *o que aconteceu* e *os sujeitos da acção*, mas também sobre *quando aconteceu* e *onde aconteceu*, seguindo, aliás, também aqui os cânones da retórica clássica, que, como recordava Tobias Peucer (1690) na primeira tese doutoral sobre jornalismo, mandava que as notícias mencionassem as circunstâncias de sujeito, objecto, lugar e tempo, além de maneira e causa (a que não há referências no título da *Relação*).

3.2 A estrutura textual

A estrutura textual da *Relação* do naufrágio da nau São João também segue os cânones retóricos da época, já patentes nas crónicas medievais: *exordium*, *proposito*, *narratio*, *conclusio*.

3.2.1 *Exordium e proposito*

O *exordium* dessa *Relação* mescla-se com o *proposito*. O autor, introdutoriamente, anuncia que o relato que se segue se destina a ensinar os homens a “temerem os castigos do Senhor e serem bons cristãos, trazendo o temor de Deus diante dos olhos, para não

quebrar seus mandamentos”. Acrescenta que redigiu o texto por lhe parecer que a história “da morte deste fidalgo, e de toda a sua companhia” serviria de “exemplo a todos (...) para que os homens que andam pelo mar se encomendem continuamente a Deus, e a Nossa Senhora que rogue por todos. Amem.”. Na óptica do autor, a intervenção divina no mundo profano é real e constante. O naufrágio do galeão São João e as desventuras do fidalgo Manuel de Sousa de Sepúlveda e da sua família, segundo o enquadramento dado pelo relator, são casos exemplares de castigo divino, devido ao pecado da cupidez.

É também no *exordium/proposito* que o autor aguça, habilmente, o apetite do leitor para a história que lhe vai contar, personalizando e dramatizando a narrativa, tal e qual mandam também os manuais contemporâneos de jornalismo. A personalização é, aliás, reforçada pelo facto de a figura central ser um nobre, uma pessoa das elites da época, piedosa e devota: “Porque Manuel de Sousa era um fidalgo mui nobre (...) e na Índia gastou em seu tempo mais de cinquenta mil cruzados em dar de comer a muita gente, em boas obras que fez (...); por derradeiro foi acabar sua vida, e de sua mulher e filhos, em tanta lástima e necessidade, entre os cafres, faltando-lhe o comer e beber e vestir”. É interessante, neste ponto, a referência aos negros, os cafres, expostos, estereotipadamente, ao longo da narrativa, como seres inferiores, em contraponto ao carácter civilizado e superior dos portugueses. Se morrer era um infortúnio, morrer afastado de Portugal e, ainda por cima, *na terra dos cafres*, seria, para os portugueses da época, um infortúnio ainda maior.

Um outro aspecto interessante do disposi-

tivo introdutório é a referência à fonte da história, referenciado totalmente de acordo com as regras mais comuns de citação do jornalismo contemporâneo: é referido o nome e a qualidade da fonte, bem como o local onde fonte e “jornalista” negociaram a história, o que ajuda a credibilizar o relato. O autor da *Relação* pode, de facto, ter-se perdido no anonimato, como acontece com muitos jornalistas, mas não a fonte da “notícia”: “(...) Álvaro Fernandes, guardião do galeão, que me contou isto (...) [e] que por acerto encontrei aqui em Moçambique no ano de mil quinhentos e cinquenta e quatro”. A menção à fonte atesta a veracidade da história, remetendo para o valor jornalístico da verdade.

3.2.2 *Narratio e conclusio*

Na narrativa (*narratio*), parte mais extensa da obra, é contada a história do naufrágio, suas causas e consequências. O enquadramento da história é profundamente religioso: mostra-se o pecado (cupidez de Manuel de Sousa de Sepúlveda), o castigo divino (naufrágio), o arrependimento e a jornada para a obtenção do perdão (a peregrinação). Mas o perdão só é concedido a alguns, os que se salvam, não aos infelizes protagonistas principais da história.

A estrutura da narrativa da *Relação da Perda do Galeão São João* é similar ao de outras relações de naufrágios da mesma época, que evocam, por sua vez, a própria estrutura narrativa de alguma literatura medieval (Lanciani, 1979), podendo dividir-se nos seguintes segmentos narrativos: 1) Antecedentes e partida; 2) Tempestade; 3) Naufrágio e Arribação; 4) Peregrinação; 5) Retorno e salvação (de alguns). É de salientar, no entanto, que a estrutura apresenta alguma

elasticidade. Por exemplo, o deplorável estado das velas, como veremos, não é referido nos antecedentes, mas só depois da partida, quase surpreendendo o leitor.

A organização cronológica da narrativa empresta uma sensação de ordem ao texto, sendo, por isso, uma das modalidades estruturais que se mantêm na reportagem jornalística (Fernández Parrat, 2001).

3.2.2.1 Antecedentes e partida

Nos antecedentes, apresenta-se o contexto da viagem, abordam-se os motivos das personagens, relembram-se os acontecimentos precedentes, descreve-se o carregamento e a preparação da nau e refere-se o tipo de carga. Porém, em tom de “profeta da desgraça”, o autor antecipa algumas das causas do naufrágio posterior: “Partiu neste galeão Manuel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem, de Cochim, a três de Fevereiro do ano de cinquenta e dois. E partiu tão tarde por ir carregar a Coucão (...) e ainda que a nau levasse pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas.” Trata-se, assim, de um relato “jornalístico” antigo com uma muito contemporânea vontade analítica. O autor relembra, por um lado, que a nau partiu tarde demais para poder beneficiar do bom tempo de Verão na dobragem do Cabo da Boa Esperança, algo que deveria ser do conhecimento comum da época; por outro lado, o autor esclarece que o navio ia muito carregado. Omnipresentes estão as concepções culturais da época, particularmente evidentes no enquadramento religioso do relato: “Manuel de Sousa, que Deus perdoe (...)”. E

o perdão de Deus é necessário, intui-se das palavras do autor, porque foi a cupidez de Manuel de Sousa, que quis trazer mais mercadorias do que podia e fazer a viagem para Lisboa a qualquer custo, fora das datas aconselháveis, que provocou o fatídico desenlace.

3.2.2.2 Tempestade

O segundo momento crucial e intensificador da acção é a tempestade. Depois de uma navegação que se supõe tranquila, pois a ela não há referências de maior, começam os contratemplos, agravados pelo atraso em chegar ao Cabo da Boa Esperança, provocado quer pela partida tardia da Índia, quer pela insistência de Manuel de Sousa de Sepúlveda junto do piloto em “ver a Terra do Natal”. A tempestade rompe a bonança. A nau revelar-se-á muito carregada, mal preparada e ainda pior equipada, como se pode observar nesta citação: “(...) o capitão chamou o mestre e piloto e lhes perguntou que deviam fazer com aquele tempo (...) e todos responderam que era bom conselho arribar. As razões que davam (...) foram que a nau era muito grande e muito comprida e ia muito carregada (...) e não traziam já outras velas senão as que traziam nas vergas (...) e estas eram rotas, que se não fiavam nelas”. O autor revela ainda, quanto às velas, que o mestre e o piloto, ironicamente, disseram a Manuel de Sousa que “tanto tempo punham em as remendar, como em navegar. E uma das coisas por que não tinham dobrado o Cabo (...) foi pelo tempo que gastavam em as amainar para coserem”. Aliás, o autor enfatiza, analiticamente, que “as ruínas velas que traziam” foram “uma das causas, e a principal” do “perdimento” do galeão.

A nau ruma, então, a terra, para arribar,

mas a tempestade intensifica-se, levantando-se ventos contrários. O autor tem, então, a jornalisticamente credibilizadora preocupação de localizar rigorosamente o local e o tempo da acção: “(...) e eram os ventos tais que, se um dia ventava Levante, outro se levantava Poente. E sendo já em 1 de Março, eram Nordeste-Sudoeste com o Cabo da Boa Esperança, vinte e cinco léguas ao mar, ali lhe deu o vento Oeste e Oeste-Noroeste, com muitos fuzis.”

É durante a narração da tempestade que se antecipa a tragédia, aproveitando-se, mais uma vez, para esclarecer, analiticamente, que entre as razões para o naufrágio se salienta a falta de equipamento adequado e a péssima manutenção do existente: “(...) e ficou o mar tão grande, e trabalhou tanto a nau, que perdeu três machos do leme, em que está toda a perdição ou salvação de uma nau.” Mais tarde, “(...) por o leme ser podre, um mar que então deu lho quebrou pelo meio (...)”. Por isso, com o recrudescer da tempestade, a nau, por fim, ficou, ironicamente, “sem leme, sem mastro, sem velas”.

O perigo aguça o engenho. O autor narra que a tripulação tentou fazer velas a partir das fazendas que levavam como mercadoria e que tentou também fazer um novo leme, mas sem sucesso. Sem governo, a nau aproximou-se, então, de terra.

3.2.2.3 Naufrágio e arribação

A nau é propositadamente encalhada perto de uma praia. O leitor é preparado para isso pela frase: “(...) era bom conselho deixarem-se ir assim até serem em dez braças, e como achassem o dito fundo surgissem para lançar o batel fora para sua desembarcação (...)”.

O autor abre espaço para relatar com por-

menor os comportamentos individuais dos principais protagonistas da história e as acções-chave do episódio. Manuel de Sousa de Sepúlveda, por exemplo, revela-se principalmente preocupado com a sua salvação, a da sua família e, cavalheirescamente, com a das mulheres e crianças que iam a bordo: “E vendo Manuel de Sousa como o galeão se lhe ia ao fundo sem nenhum remédio, chamou ao mestre e piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos, com vinte homens que estivessem em sua guarda (...)”. Essa situação, aliás, parece merecer a concordância geral, incluindo do autor da *Relação*, indiciando a hierarquização social da sociedade portuguesa da época. O capitão, as mulheres, as crianças e os “guarda-costas” foram, assim, os primeiros a chegar a terra. A chalupa conseguiu fazer ainda duas outras viagens para deixar pessoas proeminentes na praia, mas a seguir foi destruída pelo mar.

Um batel liderado pelo mestre da embarcação, com vários portugueses, também conseguiu chegar a terra, apesar de ter ficado quase completamente demolido pelas ondas, mas na nau, também cada vez mais destruída, permaneceram ainda “quinhentas pessoas (...), duzentos portugueses e os demais escravos”. Finalmente, o mar aniquilou o galeão e as pessoas tiveram de se lançar ao mar.

O relato dos pormenores mais intensos e horríveis da acção é feito com alguma contenção, poupando-se pormenores macabros ao leitor, mas omnipresente continua o sentido da intervenção divina: “A gente que estava na nau se lançou sobre a caixaria e madeira à terra. Morreram, em se lançando, mais de quarenta portugueses e setenta escravos; a mais gente veio à terra por cima do

mar, e alguns por baixo, como a Nosso Senhor aprove, e muita dela ferida dos pregos e madeira”.

A ordem de salvamento narrada na *Relação* revela, como dissemos, a estrutura social e a ética da convivência da época: primeiro, fidalgos, mulheres e crianças; mestre, piloto, demais pessoas proeminentes e navegantes portugueses, depois; cidadãos portugueses em geral, a seguir; e finalmente os escravos. Aliás, as únicas vítimas nomeadas pelo nome são as “personalidades de elite”. As restantes são diluídas nos epítetos “portugueses”, ou “escravos”, entre outros.

Em terra, as pessoas começaram a organizar-se para assegurarem a sua sobrevivência e o regresso à civilização: “Assentaram que deviam estar naquela praia (...) alguns dias, pois ali tinham água, até convalescerem os doentes. Então fizeram suas tranqueiras de algumas arcas e pipas, e estiveram ali doze dias.”. O autor, como qualquer jornalista contemporâneo, presta atenção aos pormenores susceptíveis de emocionar o leitor (todo o jornalismo, como diz o professor luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro, tem que ter algum sensacionalismo à mistura, para cativar o leitor): “O capitão (...) andava na praia esforçando os homens e dando a mão aos que podia os levava ao fogo que tinha feito, porque o frio era grande”.

A vontade de falar do diferente e do exótico, de desvelar o desconhecido, é notória em várias passagens da *Relação*. Afinal, ontem como hoje noticiar é essencialmente *apresentar o novo* ou, pelo menos, *vestir o velho com novas roupagens*, reforçando o conhecimento comum. Daí a atenção, por exemplo, aos encontros e desencontros entre negros e brancos. A este respeito, em várias das passagens é interessante notar a visão es-

tereotipada e preconceituosa que os portugueses tinham dos negros africanos. É o que acontece quando Manuel de Sousa e a elite da sua tripulação acordam em que não valia a pena salvar as fazendas e outras mercadorias, “por causa dos cafres, que os haviam de roubar”. Aliás, o encontro entre negros do Sul de África e portugueses brancos era dominado pelo medo e pela perplexidade de parte a parte, como se observa nos seguintes excertos sobre a exploração inicial do espaço onde os naufragos tinham arribado: “(...) e estiveram ali doze dias, e em todos eles não lhes veio falar nenhum negro da terra; somente aos três primeiros apareceram nove cafres em um outeiro, e ali estariam duas horas, sem terem nenhuma fala connosco; e como espantados se tornaram a ir.” Numa nova exploração, não acharam “pessoa viva, senão algumas casas despovoadas, por onde entenderam que os negros fugiram com medo”. Mais tarde, “lhes apareceram em um outeiro sete ou oito cafres com uma vaca”, que os portugueses quiseram trocar por pregos. No entanto, “apareceram cinco cafres em outro outeiro e começaram a bradar (...) que não dessem a vaca. (...) E o capitão lhes não quis tomar a vaca.”

3.2.2.4 Peregrinação

Após os dias de recobro, os naufragos iniciam uma jornada para chegar a terras civilizadas, preferencialmente habitadas por portugueses. A maior parte da *Relação* descreve essa jornada. O autor prepara o leitor com uma citação directa do discurso do capitão Manuel de Sousa aos naufragos, como acontecia, aliás, desde os primórdios da li-

teratura¹³. Esse discurso revela o peso do Cristianismo na atribuição de sentido para o mundo e para a vida humana entre os portugueses de Quinhentos:

“Amigos e senhores: Bem vedes o estado a que por nossos pecados somos chegados (...); mas é Nosso Senhor tão piedoso, que ainda nos fez tamanha mercê, que nos não fossemos ao fundo naquela nau (...); prazerá a Ele que, pois foi servido de nos levar a terra de cristãos, os que nesta demanda acabarem com tantos trabalhos haverá por bem que seja para salvação de suas almas (...); e portanto vos ajuntei aqui para assentarmos que caminho havemos de tomar para remédio de nossa salvação (...). Uma mercê vos quero pedir, a qual é que me não desampareis nem deixeis (...) por causa de minha mulher e filhos. E assim todos juntos quererá Nosso Senhor pela sua misericórdia ajudar-nos.”

A jornada de regresso assume, assim, o cariz de uma peregrinação rumo à salvação do corpo e da alma, reforçada pela configuração da marcha como uma procissão, culturalmente encabeçada pelas elites: “começaram a caminhar com esta ordem que se segue: a saber, Manuel de Sousa com sua mulher e filhos com oitenta portugueses e com escravos; e André Vaz, o piloto, na sua companhia com uma bandeira com um crucifixo erguido caminhava na vanguarda; e D. Leonor, sua mulher, levavam-na escravos em um

andor. Logo atrás vinha o mestre do galeão com a gente do mar e com as escravas. Na retaguarda caminhava Pantaleão de Sá com o resto dos portugueses e escravos (...).”

Durante a extenuante jornada, que se prolonga por centenas de léguas e vários meses, pessoas e bens são constantemente ameaçados pelos elementos, pela fome, pela sede, pelas doenças, pelas feras e pelos nativos, que travam várias escaramuças com os naufragos. Bastantes morrem, enquanto outros se aproveitam cobiçosamente da situação, por vezes com pouco sentido da realidade:

“Era tanto o trabalho assim na vigia como da fome e caminho, que cada dia desfalecia mais a gente, e não havia dia que não ficasse uma ou duas pessoas por essas praias e pelos matos, por não poderem caminhar; e logo eram comidos dos tigres e serpentes (...). E além disto passavam grandes fomes, e davam muito dinheiro por qualquer peixe que se achava na praia ou por qualquer animal do monte (...). Havia já muitos dias que se não mantinham senão de frutas que acaso achavam e de ossos torrados. E aconteceu muitas vezes vender-se no arraial uma pele de cobra por quinze cruzados: e ainda que fosse seca, a lançavam na água e assim comiam. (...) Aconteceu muitas vezes (...) vender-se um púcaro de água de um quartilho por dez cruzados; e em um caldeirão (...) se fazia cem cruzados”.

O autor presta uma atenção particular aos comportamentos individuais e colectivos e às tragédias, em tom emotivo e dramático, embora poupando o leitor à descrição detalhada dos horrores da situação. Os que tombam são deixados para trás, alguns com emoção: “só

¹³ São vários os exemplos na literatura antiga e medieval. No Antigo Testamento, por exemplo, revelam-se os discursos dos líderes e profetas judaicos antes das batalhas; noutro exemplo, na *Guerra das Gálias* Júlio César descreve os discursos que fazia às tropas antes de as lançar contra os gauleses e germanos.

um filho bastardo de Manuel de Sousa, de dez ou onze anos, que vindo já muito fraco da fome, ele e um escravo que o trazia às costas deixaram-se ficar atrás (...) e (...) o perdeu assim (...). E assim se poderá ver quantos trabalhos foram os deste fidalgo antes da sua morte.”

A narração entrecruza-se com pequenas descrições dos espaços percorridos, evocando a geomorfologia africana e dando ao leitor espaço para exercitar a sua imaginação: “ora se metiam no sertão a buscar de comer e a passar rios e se tornavam ao longo do mar subindo serras muito altas, e descendo outras de grandessíssimo perigo”.

Durante a jornada, os náufragos encontraram um rei africano que os acolheu e que lhes pediu para não continuarem caminho, pois encontrariam um outro rei que os roubaria. Os portugueses, para lhe agradecerem a hospitalidade, aceitam combater contra um outro rei, inimigo do primeiro rei, e tomá-lo o gado, mas decidem voltar a partir, desavisadamente, julgando não estar onde afinal já estavam: num dos cursos que forma o rio que procuravam: “e assentaram que deviam caminhar e buscar o rio de Lourenço Marques, e não sabiam que estavam nele (...) e sem embargo de verem ali uma gota vermelha, que era sinal de virem já ali portugueses, os cegou a sua fortuna, que não quiseram senão caminhar avante”. Os portugueses continuam a sua jornada, cheios de fome e sede, passando por vários encontros e recontros com os nativos. A mulher de Manuel de Sousa, D. Leonor, “era uma das que caminhavam a pé; e sendo uma mulher fidalga, delicada e moça, vinha por aqueles ásperos caminhos tão trabalhosos como qualquer robusto homem do campo”. Os náufragos encontraram, então, negros que os le-

varam ao seu rei, o tal contra quem o primeiro rei os tinha advertido. Esse segundo rei consegue separar o grupo, com o argumento de que era para melhor conseguir alimentar as pessoas, e convence os portugueses a separarem-se das espingardas, dizendo que ele e os seus tinham medo delas, contra os avisos de D. Leonor, citada directamente pelo autor: “Vós entregais as armas; agora me dou como perdida com toda esta gente”. Estando os náufragos dispersos e desarmados, os nativos acabaram por, em duas ocasiões, roubar-lhes tudo, incluindo as roupas, apesar de D. Leonor se ter defendido corajosamente e ter sido apenas por intervenção do marido, temeroso de que os negros matassem ou ferissem a mulher, que ela acedeu a despir-se e ficar nua. Os náufragos voltam, assim, à condição primordial: nus, esfomeados, sedentos, perdidos. “Um dos grandes trabalhos que sentiam, era verem dois meninos pequenos seus filhos, diante de si chorando, pedindo de comer, sem lhes poderem valer”. A situação acaba por transtornar todos e o desenlace fatal adivinha-se: “E vendo-se D. Leonor despida, lançou-se logo no chão e cobriu-se toda com os seus cabelos (...), fazendo uma cova na areia, onde se meteu até à cintura sem mais se erguer dali”. Nesta altura da narrativa, o próprio autor emociona-se e pretende, igualmente, emocionar o leitor: “Em verdade, que não sei quem por isto passe sem grande lástima e tristeza. Ver uma mulher tão nobre, filha e mulher de fidalgos tão honrados, tão maltratada e com tão pouca cortesia.”

D. Leonor é novamente citada, quando se dirige aos restantes portugueses: “Bem vedes como estamos e que já não podemos passar daqui e que havemos de acabar por nossos pecados; ide-vos (...) embora, fazei por

vos salvar e encomendai-vos a Deus; e se fordes à Índia e a Portugal (...), dizei como deixaste a Manuel de Sousa e a mim com meus filhos”. Diga-se que, citando D. Leonor, o autor acaba também por justificar a *Relação*, que se torna uma celebração da memória de duas personalidades de elite desaparecidas. Nos dias seguintes, efectivamente, morrerão, por ordem, um dos filhos de Manuel de Sousa, que este enterra na areia; e D. Leonor e o segundo filho. Sobre a reacção de Manuel de Sousa, o autor não tem certezas, daí que inicie a narração do que sucedeu com “dizem”: “Dizem que ele não fez mais, quando a viu falecida, que apartar as escravas dali e assentar-se perto dela, com o rosto posto sobre uma mão, por espaço de meia hora, sem chorar nem dizer coisa alguma; estando assim com os olhos postos nela, e no menino fez pouca conta.” Posto isto, enterrou a mulher e o filho e internou-se no mato “e nunca mais o viram”, pressupondo-se que teria sido “comido por tigres e leões”. O autor remata a narrativa da “peregrinação” com a seguinte frase: “Assim acabaram sua vida mulher e marido, havendo seis meses que caminhavam por terras de cafres com tantos trabalhos”.

3.2.2.5 Retorno e salvação

O retorno e salvação de alguns portugueses ocupam poucas páginas da *Relação*. O autor conta-nos, brevemente, que um navio português que comerciava marfim, sabendo da existência de portugueses na zona, resgatou os sobreviventes, não mais do que duas dezenas entre as centenas que tinham iniciado a “peregrinação”. Os sobreviventes, informamos também o autor, chegaram a Moçambique a 25 de Maio de 1553.

O autor aproveita este momento da narrativa (“retorno e salvação”) para narrar a curiosa aventura de um dos sobreviventes, Pantaleão de Sá, que andou “vagabundeando muito tempo pelas terras dos cafres”, até que deu com um povoado. Fingindo que era médico, curou uma ferida que o rei desse povoado tinha com nada mais do que lama. Por isso, ironicamente, os negros “puseram a Pantaleão de Sá em um altar e venerando-o como divindade, lhe pediu o rei que ficasse ao seu serviço, oferecendo-lhe metade do seu reino (...). Recusou Pantaleão de Sá a oferta, afirmando-lhe que era preciso voltar para os seus. E mandando o rei fazer uma grande quantia de ouro e pedraria, o premiou grandemente, mandando aos seus que o acompanhassem até Moçambique”. Desta forma bem-humorada, que contrasta com o dramatismo de tudo o que aconteceu anteriormente, encerra-se a *Relação da Perda do Galeão São João*.

4 A *Relação da Perda do Galeão São João* como história jornalística

A *Relação da Perda do Galeão São João* é uma notícia e uma história, uma narrativa. Melhor dizendo, como toda a notícia, a *Relação* é uma história. Mais, ela é, como vimos, uma história cuja forma reflecte a história das maneiras de narrar e cujos enquadramentos indiciam os valores culturais da época em que foi escrita. Como argumentaria Schudson (1995), o seu conteúdo foi encaixado numa estrutura narrativa pré-existente, como acontece com toda a notícia.

Um dos primeiros autores a enfatizar a ideia de que as notícias são histórias com his-

tória e produzidas numa determinada cultura foi Robert Darnton (1975). Para ele, as notícias são eternas, no sentido de serem sobre o que sempre foi notícia: política, desastres, pessoas famosas, etc. Factos e histórias são constituídos em interacção: em jornalismo, os factos são sempre uma *história dos factos*. As histórias jornalísticas, ou seja, as notícias, baseiam-se em factos e os factos necessitam das histórias, ou seja, de notícias, para “existirem”. Mais do que isso: as notícias, ou histórias jornalísticas, são montadas a partir de factos disponíveis e relevantes. O jornalista demonstra a sua capacidade sabendo como encontrar os factos mais relevantes e interessantes e sabendo como montar a notícia, como uma história, a partir deles. Em suma, o jornalista demonstra a sua capacidade reconhecendo quando está perante uma boa história e sabendo narrá-la. O autor da *Relação* descobriu essa boa história e teve a capacidade de narrá-la como uma boa história para conquistar o leitor e conseguiu usar os enquadramentos do mundo próprios da época para incrementar o interesse do leitor. Uma história bem contada é uma história bem contada...

Elisabeth Bird e Robert Dardenne (1988) falam, igualmente, das notícias como sendo histórias construídas no seio de uma gramática da cultura. São, assim, histórias representativas dessa cultura e ajudam a compreender os seus valores e símbolos. Enquanto narrativas, as notícias possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência, que, inclusivamente, balizam as fronteiras do aceitável e do inaceitável. Ettema e Glasser (1998) acrescentam, por seu turno, que o reportório cultural determina a notícia, pois, segundo os autores, são as linhas de força de cada história, pré-existentes numa

determinada cultura, que ajudam a construir os factos. Brown (1979) vai mais longe, sugerindo que as histórias que as notícias são reflectem as preocupações sociais em cada momento, sendo essa uma das características que lhes confere êxito social. A *Relação* ilustra bem as ideias destes diferentes autores, quer como um dispositivo discursivo de natureza cultural, quer como um artefacto que indicia as omnipresentes preocupações quinhentistas com os destinos dos navios da Carreira da Índia, quer ainda como um balizador das fronteiras do aceitável e do inaceitável, como transparece ao longo da narrativa no olhar simultaneamente crítico e compadecido do autor sobre os comportamentos das personagens.

Por seu turno, Phillips (1976) mostra que o jornalismo privilegia o concreto e particular e não o estrutural. O jornalismo favorece, assim, familiaridade acerca das coisas e não conhecimentos profundos sobre elas. A *Relação* é um exemplo antigo do que diz Phillips: reporta um caso singular que traz ao leitor um certo tipo de familiaridade quer com o acontecimento quer com os riscos da navegação quinhentista, uma familiaridade, aliás, bastante afastada do conhecimento estrutural, como certamente concluiria a autora.

Phillips (1976) explica, também, que as notícias são repetitivas porque os acontecimentos noticiados têm previamente de fazer sentido como acontecimentos dignos de serem notícia. Os acontecimentos, por inesperados que sejam, devem ser “esperados”. As várias relações de naufrágios publicadas em Portugal entre os séculos XVI e XIX, das quais a *Relação da Perda do Galeão São João* é, aparentemente, o mais antigo exemplo conservado, documentam, precisamente, a explicação de Phillips.

Acentuando as explicações culturológicas para as notícias, Michael Schudson (1988) diz que estas podem ser vistas na perspectiva dos géneros literários, assemelhando-se a romances, tragédias, comédias e sátiras. A *Relação* foi construída como uma tragédia, mas em algumas das suas páginas parece, pontualmente, metamorfosear-se em sátira, o que ajuda a conferir-lhe interesse como reportagem e narrativa. A *Relação da Perda do Galeão São João* teve êxito editorial, como o comprovam as sucessivas reedições, precisamente porque, como tragédia, é uma boa história e foi muito bem contada. Mistura drama, morte, exotismo, revelação de um mundo desconhecido que os Descobrimentos e o comércio global desvelavam, episódios da vida de personagens reais da elite aristocrática e burguesa de Portugal, tudo enquadrado pela omnipresente religião. Estimula a imaginação, faz o leitor viajar por lugares longínquos, revivendo aventuras e tragédias e comovendo-se com o destino dos naufragos. Permite a personalização do relato. Ou seja, obedece a vários critérios de noticiabilidade, tal e qual as notícias sempre obedeceram. Contribui para o leitor *viver a aventura por interposta pessoa, conhecer lugares distantes pela pena do “jornalista”*, participar indirectamente na epopeia dos Descobrimentos, nos riscos do comércio ultramarino, cujos finais eram muitas vezes funestos, como advertia o Velho do Restelo n’*Os Lusíadas*, de Camões.

Parte do êxito da *Relação* deve-se, também, ao facto de ela satisfazer a *curiosidade humana*. Ela satisfaz o interesse pelos novos mundos que os Descobrimentos abriam ao mundo, o interesse pelas viagens marítimas e as condições em que decorriam, o interesse pelos povos e culturas distantes. Mas

ela também satisfaz, particularmente, esse interesse desmesurado pela vida dos outros, em particular quando os outros são pessoas mais ou menos famosas, cujas referências nos são familiares, como ainda hoje nos provam as *Holas*, as *Caras* e outras revistas “de celebridades”. As vicissitudes dos “famosos” parecem calar mais junto do público, emocionar mais as pessoas, quiçá porque os tornam mais humanos. Quando a tragédia bate à porta dessas pessoas, mostra-nos que também pode bater, com facilidade, à nossa porta. Consumimos essa informação, porventura, para exorcizar os nossos próprios medos e fantasmas, para evitarmos o que pode dificultar a nossa vida e mesmo colocar em risco a nossa sobrevivência, para pensarmos no que a nossa vida é, poderia ser ou poderia ter sido. O fundo moral da *Relação do São João* tem exactamente a ver com isso.

Uma outra causa para o êxito da *Relação* diz respeito à *proximidade com os eventos*. Proximidade temporal mas também afectiva, já que, segundo Vitorino Magalhães Godinho (1963), cerca de um quinto (em certas ocasiões um quarto) da população portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, esteve directa ou indirectamente envolvida nos Descobrimentos.

Nova razão justificativa do êxito editorial da *Relação da Perda do Galeão São João* reside no contraponto que ela faz às gloriosas crónicas oficiais. Ao contrário destas, a *Relação da Perda do Galeão São João* mostra as tragédias e sofrimentos, atenta nos pequenos factos do quotidiano, muitos deles próximos da vida das pessoas, mostra que por trás dos Descobrimentos e do início da Globalização contemporânea esteve a obtenção de lucro, a intenção comercial, pois foi a perspectiva de enriquecimento, ou de maior enri-

quecimento, que estimulou o poder político a encetar e apoiar os Descobrimentos, a colonização e o comércio marítimo intercontinental e que colocou nas naus homens e mulheres, velhos e novos, ricos e pobres.

Shoemaker e Reese (1996: 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. A história narrada na *Relação da Perda do Galeão São João* também é uma narrativa mítica sobre Portugal e a sua missão no mundo (“dar novos mundos ao mundo, pôr em contacto povos e culturas”), onde o espírito de cruzada se cruza com o espírito dos Descobrimentos, onde se manifesta o desejo de reforço da fé cristã e se dá sentido à ideia da missão civilizadora de Portugal no mundo. No entanto, pode também identificar-se na *Relação* uma dimensão ideológica, na medida em que ela não belisca a hierarquia social nem o sistema e se centra na vida, acção e citação de comerciantes e navegantes de alta linhagem, que têm tanto de aventureiro como de avidez. O jornalismo de ontem, e o de hoje, mesmo que não fosse, nem seja, monolítico, tendeu, e tende, a preservar o *statu quo*.

Finalmente, a *Relação* ensina também os perigos a evitar nas empresas marítimas, contribuindo para edificar conhecimento comum. Ela teve efeitos cognitivos, para além dos efeitos afectivos que produziu ao narrar as desventuras dos protagonistas.

5 Conclusões

A primeira e mais importante conclusão que podemos extrair do trabalho é a de que, ao contrário das grandes crónicas, a *Relação da Perda do Galeão São João* dá conta

de uma conjuntura desfavorável ao Portugal quinhentista. Depois de muitos anos de omnipresença no comércio intercontinental, provocada pela feliz epopeia dos Descobrimentos, quando a *Relação da Perda do Galeão São João* foi escrita Portugal começava já a entrar numa crise económica e social profunda¹⁴, masoquisticamente indiciada pelos relatos de naufrágios, de que essa *Relação* é exemplo, metáforas pré-jornalísticas de um país adiado e de incerto futuro, em que o temor habitava o inconsciente colectivo. As possessões portuguesas eram atacadas, agudizava-se a concorrência no comércio intercontinental, as naus portuguesas, mal armadas e mal conservadas, eram presa apetecida de corsários e piratas, os pilotos e navegantes experientes rumavam a outras paragens, sendo os seus postos ocupados por pessoas inexperientes, a conservação dos navios era descurada, as melhores rotas eram desrespeitadas (inclusivamente porque também eram as mais percorridas pelos corsários) e os períodos mais favoráveis para navegar eram desprezados por causa da cobiça de comerciantes apostados no lucro antes de todas as coisas. Podemos, assim, afirmar que os relatos jornalísticos, ontem como hoje, são histórias que indiciam o mundo real e as circunstâncias de cada época, por vezes atentando mais no particular do que no geral, naquelas pequenas coisas que afectam

¹⁴ Crise essa de que ainda não recuperou, e que o ouro do Brasil e a expansão colonial não fizeram mais do que camuflar, mas que foi agudizada pela Ditadura do Estado Novo, pelo período conturbado e de excessos do pós-25 de Abril (Processo Revolucionário em Curso) e pela ineficácia que os sucessivos governos pós 1974 denotaram nas tentativas de modernização do país, e que foi atenuada somente graças à integração europeia.

directa e quotidianamente as pessoas do que nos grandes temas, mais abstractos. O jornalismo tem, afinal, uma história e essa história revela-se, como vimos, nas formas e nos conteúdos das notícias. O jornalismo é, pois, uma história do mundo continuada, é um *curriculum* da humanidade. As notícias de hoje acrescentam novidade às antigas, mas como os critérios de noticiabilidade são, de certa forma, intemporais, parece que há novidade sem verdadeira mudança, como disse Phillips (1976).

A segunda conclusão a tirar é a de que se os conteúdos jornalísticos têm uma história, as formas de relatar também as têm, sendo que os conteúdos se adaptam à forma, como observámos na *Relação da Perda do Galeão São João*, que segue, como provou Lanciani (1979), a estrutura de contos e relatos medievais e obedece a regras da retórica clássica, cujas bases remontam ao Mundo Antigo. A este propósito, é preciso também realçar que se nota na referida relação uma tendência do autor para a análise das situações, o que aproxima o relato da enunciação jornalística contemporânea. Aliás, é possível afirmar também que o sucesso dos relatos de naufrágios antecipa, de certa maneira, o sucesso do jornalismo de reportagem, do jornalismo de viagens e do jornalismo popular.

Finalmente, como terceira grande conclusão, podemos dizer que, ao contrário do que argumenta Tengarrinha (1989: 29), parece emanar da *Relação da Perda do Galeão Grande São João* o apego do seu autor à verdade e aos factos, seguindo, aliás, a tradição da historiografia iniciada por autores como Tucídides e Xenofonte na Grécia Antiga. O valor jornalístico da verdade no relato é, assim, notoriamente, um valor his-

toricamente consolidado, que transcende, inclusivamente, as fronteiras do jornalismo.

6 Bibliografia

- BIRD, E. e DARDENNE, R. Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news, in CAREY, J. W. (Ed.) *Media, Myths and Narratives*. Newbury Park: Sage, 1988.
- BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Barcelos: Editora do Minho, 1942 [Edições originais de 1735/1736, respectivamente 1º e 2º volumes].
- BROWN, R. M. The gatekeeper reassessed: A return to Lewin. *Journalism Quarterly*, vol. 56, 1979.
- DARNTON, R. Writing news and telling stories. *Daedalus*, n.º 104, 1975.
- ETTEMA, J. e GLASSER, T. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FERNÁNDEZ PARRATT, S. *A Reportaxe de Prensa en Galicia*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2001.
- GODINHO, V. M. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Arcádia, 1963.
- LANCIANI, G. *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

MUÑOZ-TORRES, J. R. *Por Qué Interesan las Noticias*. Barcelona: Herder, 2002.

PASSOS, C. Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágio Inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal, *Biblos*, IV, 1928.

PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)

PHILLIPS, E. B. What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*, vol. 26, n.º 4, 1976.

SCHUDSON, M. Porque as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8: 1988.

SCHUDSON, M. *The Power of News*, Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SILVA, I. F. S.; ARANHA, B. e BRITO, J. J. G. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987 [reedição fac-similada].

TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.